



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 089

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M A R I O S

DIÁRIO Nº 089

75ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:03	
Questão de Ordem	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	11
Pequeno Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri.....	14
Dep. Elton Carlos Welter	15
Dep. Elza Correia.....	16
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	16
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	18
Liderança do PFL	
Dep. Elio Rusch	19
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	21
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	21
2ª Discussão	22
Requerimentos	23
Encerramento da Sessão	23

DIÁRIO Nº 090

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ato do Presidente	24
Mesa Executiva.....	24
Presenças.....	24
Abertura da Sessão	25
Expediente:	
Requerimentos	25
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	25
1ª Discussão	25
Discussão Única (Indicação)	29
Requerimentos	29
Encerramento da Sessão	29
Publicações:	
Atas de Comissões	
Especial de Licitação	29
Redação	32

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 089

75ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:03	
Questão de Ordem	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei.....	11
Pequeno Expediente:	
Dep. Tadeu Veneri	14
Dep. Elton Carlos Welter.....	15
Dep. Elza Correia	16

Horário das Lideranças:

Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	16
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	18
Liderança do PFL	
Dep. Elio Rusch	19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	21
Discussão / Votação:	
Redação Final	21
2ª Discussão	22
Requerimentos.....	23

Encerramento da Sessão 23

DIÁRIO Nº 089

75ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Plauto Miró Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edson Strapasson,

Elton Carlos Welter, Elza Correia, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (38).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Rafael Greca e Waldir Leite (15).

Em viagem representativa o Sr. Deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM Nº 1944

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com base no artigo 104 do Regimento Interno, vem pelo presente formular a seguinte Questão de Ordem:

1. diante do pedido de informações aprovado por esta Casa de Leis e respondido pelo Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, em relação à não nomeação até a presente data do Sr. Orlando Pessuti para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, solicito desta Mesa Executiva que informe que atitudes a Assembléia Legislativa do Paraná irá tomar em relação ao fato, pois esta Casa fez uma Sessão Especial para eleger o novo Conselheiro, e conforme a Constituição do Estado prevê, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo, teremos uma nova eleição para o cargo que encontra-se vago? Em relação ao segundo colocado na referida eleição, a Assembléia Legislativa comunicará ao Governador do Estado, que diante da desistência do eleito para o cargo o segundo colocado preenche as condições legais para ser nomeado pelo Governador do Estado?

2. Em relação à Proposta de Emenda à Constituição apresentada nesta Casa de Leis, que visa regulamentar a escolha do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, quando se formará a comissão especial para analisar a proposta e emitir parecer?

É a Questão de Ordem.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1978

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 365/06, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 402/06, tendo em vista a existência do Projeto de Lei nº 644/05, de autoria do nobre Deputado Renato Gaúcho, que encontra-se em pauta, com 1ª Discussão adiada por cinco Sessões, em 07/08/06.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 795/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, tendo em vista que, segundo informações do Setor de Utilidade Pública da Diretoria Legislativa, foram completadas as devidas documentações exigidas pela Lei nº 6994/78.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1977

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1966

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Marineide Cristina Ornela Nonino.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento

do Sr. Joarez Moreira da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Schosloski, mais conhecido como “Seo Juca”, aos 81 anos de idade. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1975

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Rosa Ribeiro, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1943

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER votos de congratulações ao Diácono José Nilson Santos, pela sua ordenação como Presbítero da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1970

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Presidente da Associação Maringaense de Odontologia - Regional Maringá - AMO, Dr. Wagner João Carreira, em

razão da construção de uma clínica escola nas dependências da AMO, com a prestação de contas já aprovada pelo Ministério da Saúde.

A AMO realiza trabalho digno de ser honrado nesta Casa de Leis, posto que beneficia a população, levando saúde bucal de qualidade aos menos favorecidos economicamente.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1972

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votos de congratulações ao Tenente Coronel BM RR Luiz Carlos de Carvalho; Diretor da Escola de Guardas Mirins Tenente Antonio João, do município de Ponta Grossa, extensivo a todos os Pares da Diretoria, componentes e a regência do Coral Melvin Jones e a Associação de Pais e Funcionários, envolvidos na divulgação dos versos introdutórios ao Hino Nacional Brasileiro, parte integrante do Projeto Cidadania. Exercitá-la é dever de todos!

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Guardas Mirins Tenente Antonio João, unidade pioneira do Instituto Educacional Duque de Caxias de Ponta Grossa, vem por mais de quarenta anos forjando o caráter de seu assistido, visando vê-lo exercer em igualdades de condições, seu sagrado direito de conviver numa sociedade, conforme determina nossa Constituição Brasileira. Através do Coral Melvin Jones, aquela instituição de promoção social e humana, vem desenvolvendo momentos cívicos, em abertura de solenidades oficiais naquele município, apresentando o Projeto Cidadania. Exercitá-la é dever de todos!, onde divulga-se o Hino Nacional Brasileiro, acrescido da letra de sua introdução, de autoria de Américo de Moura.

Além de resgatar os versos introdutórios que eram cantados pelas escolas em meados do século passado, o Projeto Cidadania, tão bem fundamentado, vem despertar a juventude brasileira para uma consciência cívica, além de expressar o patriotismo acima de tudo, em serviço desinteressado e constante ao povo e ao solo onde nascemos, bem como, busca-se conter os limites de intolerância, tão comuns na juventude atual.

Ademais é imperioso reconhecer que estes versos introdutórios, tem sido objeto constante em apresentações oficiais aqui na Capital do Estado, já de conhecimento desta Casa de Leis, tão bem apresentados pela cantora solo Marise Farias e Banda da Polícia Militar do Paraná.

O Projeto da Guarda Mirim de Ponta Grossa tem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente daquela cidade, que deliberou através de resolução a sua divulgação.

Num rápido momento reflexivo, reconhecemos que cantados por crianças carentes, característica da cli-

entela absorvida pela entidade retro mencionada, os versos introdutórios de Américo de Moura que inicia “espera o Brasil que todos cumpraís com o vosso dever”, tem tudo a ver com a crise política, ética, moral e social por que passa a Nação Brasileira, tão distorcida em seus valores.

Oportuno ressaltar que o “lábano erguei do belo Brasil” que consta nesses versos erguidos constantemente durante a Copa do Mundo, quando mobilizou-se todo o povo brasileiro na conquista do Hexa Campeonato Mundial de Futebol, continue a ser desfraldado em todas as escolas, solidificando o patriotismo no solo brasileiro.

Que essa iniciativa da Guarda Mirim de Ponta Grossa, hoje merecedora de votos de congratulações, amanhã seja transformada em lei, para que voltemos a ter com os símbolos de nossa Pátria, o respeito de todas as gerações.

Por essas razões, julgamos que a presente proposição merecerá o consenso dos Srs. Deputados desta nobre Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 1946

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Cruzeiro do Oeste, pela passagem dos seus 54 anos de emancipação política, no próximo dia 26 de agosto do corrente ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Carlos Becker de Oliveira e Silva; ao Vice-Prefeito Sr. Valter Pereira da Rocha, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 10 de setembro/06, o município de Cruzeiro do Oeste estará comemorando seus 54 anos de emancipação política, e temos certeza, será comemorado festivamente por toda a população.

A aliança entre planejamento e reconhecimento ao desenvolvimento do município está sendo implantado com harmonia excelente entre o Sr. Prefeito e os Vereadores. É sabido que a *celula-mater* da nação está no município. Se a célula se estiola e fenece, o organismo todo se enfraquece.

Boas estradas, saúde e crédito para os que trabalham e produzem, eis o trinômio que se deve alicerçar todo e qualquer programa de um bom administrador.

A performance da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste pode ser considerada muito boa, especialmente no indicador mais importante que são as estradas rurais do Município para facilitar a exportação dos produtos agrícolas para centros maiores.

Congratulamo-nos, portanto, pelo espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos os munícipes, através da união de forças em benefício do progresso de Cruzeiro do Oeste, para alegria e galardão de sua gente.

REQUERIMENTO Nº 1947

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Ângulo, pelo transcurso de seus dezesseis anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Manoel de Campos Silva, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Erivaldo Lourenço da Silva, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Ângulo.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população do município de Ângulo, orgulhosamente estará, no próximo dia 3 de setembro, comemorando seus dezesseis anos de emancipação política e, temos certeza, será celebrado alegremente por todos.

A formação da primeira povoação do atual município de Ângulo é obra de Basílio Pertesew, Dimitri Novikov e George Felmanas, abnegados desbravadores de origem russa, que na década de quarenta adquiriram da Companhia de Terras Norte do Paraná, uma área de terras para formarem fazendas de café. Denominaram a propriedade de Fazenda Doiz Irmãos.

Vislumbrando a possibilidade de se formar uma cidade, os pioneiros separaram uma área de trinta alqueires. O projeto urbanístico da povoação foi traçado pelo engenheiro Novikov, e passou a se chamar Ângulo. Domingos Gasques foi o primeiro comerciante, Geraldo Takaki levantou a primeira serraria, Pedro foi o primeiro farmacêutico e Orlando Silveira o primeiro dentista.

A primeira capela do patrimônio foi feita por George Felmanas, em terreno doado por Jean Chadzinsky e Basílio Pertsew, sendo entronizada a imagem de Santo Antonio. Na parte baixa da cidade, João Gasques edificou outra capela dedicada a São João Batista. No ano de 1950 foi construída a Escola José de Anchieta, sendo a primeira professora Dona Clementina Silveira, secundada por Anésia Vieira de Andrade, Lucila Bernini, Raimundo Bianchini e Carlos Eugênio da Silva.

Pela Lei nº 172, de 12 de setembro de 1961, foi criado o Distrito Administrativo de Ângulo. O Município foi criado em 04 de setembro de 1990, pela Lei Estadual nº 9357, com território desmembrado do município de Iguaraçu e a instalação deu-se em 01 de janeiro de 1993.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumprimenta efusivamente toda a

população de Ângulo certo de que continuará na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 1948

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de Santa Mônica, pelo transcurso de seus quatorze anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Valdenir Antonio Palmieri, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Osmar Peruzzo, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Mônica estará comemorando, no próximo dia 10 de setembro/06, seus quatorze anos de emancipação política. Por essa razão a significativa data será comemorada com grandes festividades por toda a população.

O Município, além das tarefas normais, serve de elemento catalisador da ação da comunidade rural e de ligação entre a liderança rural e os organismos públicos. O Prefeito e os Vereadores, por sentirem de perto as aspirações da gente do campo, serão capazes, no exercício de seu papel de agentes políticos, de conduzir esforços e reivindicar, mediante contatos com a população. O Prefeito ou o Vereador representa a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis, pois dispõe de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido por intermédio do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

Toda a população de Santa Mônica merece nosso respeito e admiração, na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do seu município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas a todos os moniquenses pelo transcurso dos quatorze anos.

REQUERIMENTO Nº 1949

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos, ao município de São Mateus do Sul, pelo transcurso, no próximo dia 21 de setembro/06, de seus 98 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Francisco Luiz Ulbrich, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito Sr. Anilton Mayer,

assim como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É da mais alta significação para nós, especialmente para a ordeira e trabalhadora população do município de São Mateus do Sul, a comemoração de seus 98 anos.

Na seqüência dos anos, tivemos a oportunidade de constatar pessoalmente a luta de todos os administradores, assim como da população, pelo engrandecimento do Município, para que continuasse sendo muito melhor que ontem e melhor ainda para amanhã.

Por isso, é muito bom lembrar o poeta que disse:

*“Trabalhai porque a vida é pequena
e não há para o temo demora;
Não gasteis os minutos sem pena,
Não façais pouco caso das horas”.*

Agora os atuais administradores do Município terão oportunidade de refletir sobre os percalços e dificuldades. Não há dificuldades impostas pelo imponderável da vida, mas muitas vezes como fator da ciência e do trabalho para toda a comunidade.

Os problemas são o ponto que une a todos os paranaenses, residentes no município de São Mateus do Sul, legítimo ou não, são eles que impulsionam o progresso, principalmente todos os funcionários municipais, pois, toda a estrutura e o desenvolvimento iniciam-se na base.

São Mateus do Sul é um município que não é meu e nem seu; é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos que deram parte da vida em favor desta terra e de sua gente. São também um incentivo para os que igualmente se sacrificam, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Externando nosso sentimento de gratidão e reconhecimento aos administradores de todos os tempos pela incansável luta por melhores condições de vida aos seus munícipes, auguramos sucesso na longa caminhada para um futuro melhor.

Compartilhando da alegria de toda a população dessa hospitaleira cidade de São Mateus do Sul, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, parabeniza a todos, formulando votos de completo êxito nas realizações de grande importância para o Município e região.

REQUERIMENTO Nº 1950

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município

de Rebouças, pela passagem, no próximo dia 21 de setembro/06, do seu 76º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Hamilton Massoquetto, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito Sr. Antonio de Oliveira Padilha, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rebouças.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população do Município de Rebouças estará, no próximo dia 21 de setembro, comemorando mais um aniversário de sua emancipação política.

Vivemos num mundo onde idéias, ao invés de commodities ou produtos, determinam a força econômica do Município. As economias mais dinâmicas da atualidade são centros de criatividade e inovação, onde novos negócios e indústrias são construídas em cima de idéias e tecnologias dificilmente cabíveis, sempre com a supervisão direta do Prefeito Municipal e dos Vereadores.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à comunidade do município de Rebouças, é que o Sr. Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para a realização dos objetivos programados.

Toda a população de Rebouças é merecedora do nosso respeito e admiração, na significativa data da comemoração de seus 76 anos de emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com o laborioso povo de Rebouças augurando a todos um futuro próspero e feliz.

REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Mallet pelo transcurso de seus 94 anos de emancipação política, no próximo dia 21 de setembro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Rogério da Silva Almeida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Moacir Alfredo Szin-vzlski, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Mallet.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população do município de Mallet com grande alegria vê transcorrer, no próximo dia 21 de setembro/06, seus 94 anos de emancipação política.

O município de Mallet tem sua principal atividade na agricultura sendo sua população constituída, em sua maioria, de pequenos agricultores que continuam dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do Município.

Parabenizamos a laboriosa e ordeira população de Mallet na significativa data em que se comemora seus 94 anos, que certamente será comemorada com grandes festividades, pois, a população de Mallet é sempre merecedora de todo nosso respeito pela eficiente colaboração em prol do desenvolvimento cada vez mais acentuado do município.

Congratulamo-nos, portanto, pelo espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos os munícipes da união de forças em benefício do progresso de Mallet para alegria e galardão de todos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a toda a população de Mallet, efusivos cumprimentos pela passagem da magna data, principalmente para aqueles que acreditam que é somente com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro construindo um Paraná melhor para todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1976

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor, congratulações e muito aplausos à Dra. Sônia Maria Costa Prevedello, médica pediatra e homeopata, por relevantes serviços prestados ao nosso Estado, em particular ao município de Almirante Tamandaré. Nasceu no Estado de São Paulo-SP, é formada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, juntamente com seu esposo, o Dr. Nelson Prevedello Júnior. Clinicou durante 30 anos em São Lourenço do Oeste - SC, em Pato Branco e Vitorino-PR. Trabalha atualmente na Unidade de Saúde Cachoeira, no município de Almirante Tamandaré e vem clinicando com a mesma seriedade, dedicação, competência e amor, sempre atenta às causas sociais e aos mais necessitados. Mesmo com toda a dedicação ao trabalho, a Dra. Sônia conseguiu educar e formar seus três filhos, Fernanda, Flávia e Gustavo, dedicando também muita atenção à sua família. Gosta de ler e viajar.

É uma médica que honra a sua profissão, incansável em proporcionar um atendimento digno e de qualidade aos seus pacientes. Toda comunidade admira, respeita e reconhece o seu trabalho. Sentimo-nos orgulhosos em prestar essa homenagem e queremos, por meio deste voto de louvor, registrar nos anais desta colenda Casa de Leis, nossos cumprimentos e agradecimentos. Os votos são extensivos aos demais Pares, consignando-se o reconhecimento de todos nós.

Muito nos tranquiliza a existência de profissionais com sua competência de desprendimento.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1968

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo ao Sr. Anderson Reichert Machado.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1969

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de regozijo ao Sr. Davis Andrade Oliveira da Cruz.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1945

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando providências urgentes e concretas sobre a situação crítica que atravessam os moradores da cidade de Fazenda Rio Grande.

Para que se tome conhecimento, foram neste ano, 51 mortes por assassinato, sem que um Inquérito tenha sido aberto até o momento, ou, que sequer tenha sido procedida uma investigação com sucesso para se encontrar um ou mais responsáveis pelo que vem ocorrendo em Fazenda Rio Grande.

Encareço ao Sr. Governador que determine à Secretaria da Segurança Pública do Estado, para que se achar necessário seja designado um Delegado Especial para investigar as mortes seguidas que lá tem ocorrido, sem contar com dezenas de tentativas de assassinato que não se consumaram por pura sorte das vítimas.

Nestes termos

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1971

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação, e ao Exmo. Sr. Raimundo Milton Alves de Souza, Presidente da Paraná Esporte, solicitando os dados técnicos e os critérios que embasaram a decisão de eliminar os 2º colocados do Basquetebol do 53º Jogos Colegiais 2006, conforme divulgação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Regulamento Técnico - Das formas de Disputa do 53º Jogos Colegiais do Paraná/2006 estabelece que para a fase final classifica-se o 1º lugar de cada grupo e os 7 (sete) melhores 2º (segundos) colocados através do critério técnico para a 2ª Fase. Ocorre que, de forma inexplicável, classificaram-se apenas os primeiros lugares e desconsideraram os 2ºs, desrespeitando assim, o próprio regulamento da competição. Neste contexto, os atletas participantes e colaboradores das equipes que foram desclassificadas da competição, mesmo estando entre as 2ª colocadas, sentem-se prejudicadas e desestimuladas com o desrespeito aos critérios legais anteriormente instituídos.

REQUERIMENTO Nº 1951

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente a Exma. Sra. Secretária da Administração, para que através dos órgãos competentes, preste as seguintes informações a respeito do Concurso Público convocado pelo Edital 69/2005, com vistas ao provimento de cargos de Agente de Execução, nas áreas de Educação e Trânsito:

- 1) Total de aprovados para cada um dos cargos:
- 2) Dos aprovados, quantos já ocupavam emprego público no Estado do Paraná e quantos não mantinham nenhum vínculo funcional com o Estado do Paraná?
- 3) Dentre aqueles que já mantinham vínculo funcional com o Estado do Paraná, quantos não foram aprovados dentro do limite de vagas ofertados no concurso?
- 4) O que acontecerá com todos os funcionários contratados pelo Paraná Educação e CLT que trabalham lá há anos para o Estado do Paraná e que não foram aprovados no Concurso, dentro do limite de vagas?

5) Os cargos serão providos todos imediatamente ou se darão ao longo da vigência do Concurso e possível prorrogação do mesmo?

6) De que forma se dará a extinção do contrato dos atuais empregados públicos que foram aprovados, dos que não foram aprovados ou que foram aprovados, mas não assumirão?

a) Será a pedido do servidor?

b) Será demissão sem justa causa para que possa movimentar a sua conta do FGTS? Será paga a multa de 40% do FGTS?

c) Serão pagas quais verbas rescisórias?

7) Em que fase se encontra o concurso com vistas ao provimento dos cargos, assim como a extinção dos contratos vigentes?

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

São muitos os servidores que nos procuram solicitando estas informações.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Estas as razões do pedido.

REQUERIMENTO Nº 1952

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente a Exma. Sra. Secretária da Administração, para que através dos órgãos competentes, preste as seguintes informações a respeito do Concurso Público convocado pelo Edital 69/2005, com vistas ao provimento de cargos de Agente de Execução, nas áreas de Educação e Trânsito:

1) Total de aprovados para cada um dos cargos:

2) Dos aprovados, quantos já ocupavam emprego público no Estado do Paraná e quantos não mantinham nenhum vínculo funcional com o Estado do Paraná?

3) Dentre aqueles que já mantinham vínculo funcional com o Estado do Paraná, quantos não foram aprovados dentro do limite de vagas ofertados no concurso?

4) O que acontecerá com todos os funcionários contratados pelo Paraná Educação e CLT que trabalham há anos para o Estado do Paraná e que não foram aprovados no Concurso, dentro do limite de vagas?

5) Os cargos serão providos todos imediatamente ou se darão ao longo da vigência do Concurso e possível prorrogação do mesmo?

6) De que forma se dará a extinção do contrato dos atuais empregados públicos que foram aprovados, dos que não foram aprovados ou que foram aprovados, mas não assumirão?

a) Será a pedido do servidor?

b) Será demissão sem justa causa para que possa movimentar a sua conta do FGTS? Será paga a multa de 40% do FGTS?

c) Serão pagas quais verbas rescisórias?

7) Em que fase se encontra o concurso com vistas ao provimento dos cargos, assim como a extinção dos contratos vigentes?

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

São muitos os servidores que nos procuram solicitando estas informações.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Estas as razões do pedido.

REQUERIMENTO Nº 1953

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente a Exma. Sra. Secretária da Administração, para que através dos órgãos competentes, preste as seguintes informações a respeito do Concurso Público convocado pelo Edital 69/2005, com vistas ao provimento de cargos de Agente de Execução, nas áreas de Educação e Trânsito:

1) Total de aprovados para cada um dos cargos:

2) Dos aprovados, quantos já ocupavam emprego público no Estado do Paraná e quantos não mantinham nenhum vínculo funcional com o Estado do Paraná?

3) Dentre aqueles que já mantinham vínculo funcional com o Estado do Paraná, quantos não foram aprovados dentro do limite de vagas ofertados no concurso?

4) O que acontecerá com todos os funcionários contratados pelo Paraná Educação e CLT que trabalham há anos para o Estado do Paraná e que não foram aprovados no Concurso, dentro do limite de vagas?

5) Os cargos serão providos todos imediatamente ou se darão ao longo da vigência do Concurso e possível prorrogação do mesmo?

6) De que forma se dará a extinção do contrato dos atuais empregados públicos que foram aprovados, dos que não foram aprovados ou que foram aprovados, mas não assumirão?

a) Será a pedido do servidor?

b) Será demissão sem justa causa para que possa movimentar a sua conta do FGTS? Será paga a multa de 40% do FGTS?

c) Serão pagas quais verbas rescisórias?

7) Em que fase se encontra o concurso com vistas ao provimento dos cargos, assim como a extinção dos contratos vigentes?

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

São muitos os servidores que nos procuram solicitando estas informações.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Estas as razões do pedido.

REQUERIMENTO Nº 1973

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no sentido de atender o pedido do Sr. Onair Rodrigues de Bairros, residente à Rua Ângelo Dalla Vechia, 99 - Bairro Primavera - município de Guarapuava-PR., que pede, em regime de urgência, agilização na implantação do programa "Luz para todos" em sua propriedade rural, bem como em outras das proximidades. Segundo ele, fez seu cadastramento de nº 4.431.811-1 (comprovante em anexo) em 23/03/2001, ou seja, 05 (cinco) anos atrás e até a presente data não foi atendido. Segue a relação dos cadastros das pessoas que serão beneficiadas com o programa caso este venha a funcionar efetivamente na região: Generoso Nenê Galvão - Cadastro 5.385.610-4; Oscar Ribeiro Alemira - Cadastro 5.387.370-0; Joares Bodnar - Cadastro 5.605.812-8; Luís Boska Ludovico - Cadastro 4.429.631-2; e Gorge Antunes de Souza - Cadastro 5.605.788-1. Esses cidadãos encontram-se indignados e descontentes com tal situação, enfrentam muitas dificuldades face a falta de energia elétrica em

suas propriedades, afirmam serem pagadores de impostos e contribuir muito para o crescimento da nação, e infelizmente não têm seus pedidos atendidos há tanto tempo.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 426/06

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Não será concedida a exploração ou execução, a qualquer título, de serviços públicos, às empresas e instituições que extrapolem o trabalho infantil no Estado do Paraná.

Art. 2º O Poder Executivo promoverá as alterações necessárias nos contratos de concessão, cessão ou permissão de bens públicos, incluindo a vedação constante do artigo 1º desta lei.

Art. 3º Os editais publicados na forma da Lei das Licitações, bem como da Lei do Pregão Eletrônico, mencionarão expressamente a presente lei, vedando a exploração do trabalho infantil no Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A exploração do trabalho infantil deve ser combatida em todas as frentes, buscando proporcionar aos menores condições de estudar e almejar um futuro com melhores perspectivas de vida.

Estudos indicam que, na área urbana, a taxa de participação de menores no trabalho inicialmente decresce com a escolaridade, sendo maior entre aqueles que nunca freqüentaram escola do que entre os que têm de 1 a 4 anos de estudos completos. Todavia, a partir desse último grupo, a taxa de participação decresce com a idade, em níveis bem mais elevados do que os da área urbana. O fato de as taxas de participação aumentarem com a escolaridade na área urbana sugere a atração que os mercados de trabalho das cidades exercem sobre o trabalho infantil.

As causas do trabalho infantil são múltiplas e complexas. A natureza do problema demanda, por conseguinte, ações do Estado e da sociedade em várias frentes. A questão exige mobilização da energia social, criatividade na concepção de marcos legais e mecanismos eficazes para sua aplicação, além da elaboração e do

desenvolvimento de programas eficientes de combate a esse fenômeno indesejável.

Esta matéria pretende oferecer mais uma opção no combate ao trabalho infantil, vedando a participação de empresas que se utilizam dessa mão-de-obra ilegal de participar em licitações dos Poderes Públicos.

PROJETO DE LEI Nº 427/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica introduzido o inciso VII ao artigo 27, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 27 ...

VII - quando o imposto devido ao Estado de origem tenha sido reduzido, no todo ou em parte, por concessão de benefício sem amparo em convênio, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, em relação às entradas ocorridas após a publicação de ato do Chefe do Poder Executivo, identificando o Estado de origem, a mercadoria ou serviço, o benefício considerado irregular e o percentual de crédito a que não se reconhece o direito.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo que se pretende seja incorporado ao artigo 27 da Lei nº 11.580/96, Lei de Regência do ICMS no Estado, prevê a vedação ao crédito do imposto estadual em relação às operações anteriores quando o imposto tenha sido dispensado, no todo ou em parte, por concessão de benefício sem amparo em convênio celebrado no âmbito do Conselho de Política Fazendária - Confaz. É sabido que só têm legitimidade jurídica a concessão de benefícios do ICMS que tenham sido aprovados pela unanimidade dos Estados no Confaz. Todavia as legislações estaduais são pródigas na concessão de favores que não atendem aos requisitos legais antes referidos. Assim é lícito ao Estado da localização do destinatário, quando isso afete a economia local, buscar a invalidação de tais favores pelas vias judicial e administrativa, sendo uma das formas mais eficientes para obter tal desiderato e vedação ao direito de crédito do imposto, como se pretende através do presente projeto de lei.

Todavia, objetiva também, o presente projeto, resguardar a boa fé dos contribuintes paranaenses que, na maioria das vezes, não tem conhecimento da existência de tais benefícios, ou quando têm, os acreditam legalmente válidos.

Com a transformação em lei do presente texto só serão considerados inválidos os créditos cujos benefícios na origem tenham sido declarados irregulares por

Decreto do Poder Executivo paranaense e somente para as operações ocorridas após a publicação da referida norma declaratória.

Com isto, evitar-se-á que os contribuintes, que imaginam estar praticando operações legítimas, venham a ser surpreendidos com medidas fiscais que, na maioria das vezes, provocam graves desequilíbrios financeiros nas empresas. A publicidade prévia das operações que não permitem a plena utilização dos créditos fiscais do imposto dará ao contribuinte paranaense a segurança necessária, do ponto de vista fiscal, para a realização de suas operações interestaduais.

Com o claro objetivo de dar mais clareza e segurança nas relações fisco contribuintes é que submetemos a apreciação desta Casa o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 428/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º, da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A entidade certificadora a ser contratada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, poderá ser pertencente ao terceiro setor, deverá estar credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, por período mínimo de 05 (cinco) anos e que esteja apta a atuar dentro das normas Guia ISO 65 editada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é de, ao alterar o artigo 3º da Lei n 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que institui o “Selo de Qualidade Paraná”, possibilitar a inclusão de outros entes na prestação de serviços de certificação, assim como aumentar a exigência de tempo de experiência no ramo da entidade certificadora a ser contratada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Essa alteração irá ensejar um certame de processo licitatório mais acirrado, trazendo benefícios ao público usuário dos serviços e à sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 429/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense de Familiares e Amigos de

Portadores de Esquizofrenia, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares. Tenho a honra de apresentar a Associação Paranaense de Familiares e Amigos de Portadores de Esquizofrenia, entidade sem fins lucrativos, que muito vem contribuindo com o desenvolvimento e a integração da pessoa portadora de esquizofrenia e outros transtornos mentais, bem como, dando-lhes oportunidade de acesso à atividades culturais e artísticas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 430/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reduzida a base de cálculo do imposto incidente, de forma que a carga tributária resulte no percentual de 7% (sete por cento), nas operações internas com apresuntado, banha de porco, mortadela, lingüiças e salsichas, exceto em lata.

Parágrafo Único. A redução de base de cálculo prevista neste artigo não obriga à realização do estorno proporcional dos créditos do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 29 da Lei 11580/96.

Art. 2º Fica concedido um crédito presumido de 7% (sete por cento) sobre o valor das operações de saídas internas e interestaduais promovidas pelo estabelecimento fabricante com os produtos relacionados no artigo 1º.

Parágrafo Único. O crédito presumido referido neste artigo:

a) é concedido em substituição a todos os créditos fiscais relativos às entradas no estabelecimento de matérias primas, produtos intermediários e secundários utilizados na fabricação, e, relativamente ao crédito pela aquisição de bem destinado ao ativo imobilizado, na proporção do valor das saídas dos produtos relacionados no artigo 1º em comparação com o total das saídas do estabelecimento;

b) não se aplica aos estabelecimentos de frigorífico beneficiários do crédito presumido previsto nas Leis nº 13.212, de 29 de junho de 2001, e nº 14.747, de 21 de junho de 2005.

Art. 3º O crédito presumido a que se refere o artigo 1º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005, fica limitado ao percentual de 7% sobre o valor da operação de saída interna com os produtos referidos nesta lei.

Art. 4º Fica revogado o artigo 3º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de julho de 2006.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A partir da vigência da Lei nº 15.182, de 30 de junho de 2006, tornou-se necessária a adequação da base de cálculo dos produtos relacionados no artigo 1º deste projeto de lei tendo em vista que anteriormente a diferença de carga tributária entre esses produtos, quando produzidos em indústrias que obtém a sua matéria prima através do abate próprio de animais e daquelas que adquirem no mercado carne verde, não era tão significativa como o é agora.

Atualmente a carga tributária desses produtos é de 12%, tanto nas operações internas quanto nas interestaduais. O estabelecimento de frigorífico tem assegurado pela Lei 13.212/01 um crédito presumido de 7% sobre o valor da operação de saída desses produtos em operação interestadual e pela Lei nº 14.747/05 um crédito de 12% sobre o valor das saídas em operações internas. Diversamente os estabelecimentos fabricantes desses produtos que não realizam o abate de animais realizados por terceiros, estão sujeitos à mesma carga tributária de 12% com direito apenas ao crédito do imposto destacado nos documentos fiscais. Anteriormente à Lei 15.182/06 o crédito fiscal das aquisições da carne e de produtos resultantes do abate era de 12%, só que diferentemente do frigorífico, sobre o valor da entrada da matéria prima e não sobre o valor da saída dos produtos industrializados. Após a referida lei, com a redução do imposto da carne e dos produtos comestíveis resultantes do abate para 7%, fato que corresponde também a reduzir o crédito dessas indústrias para 7%, e mantida a tributação do apresuntado, da banha de porco, da lingüiça e das salsichas em 12%, aprofundou-se a diferença do custo tributário entre esses produtos, tão somente em razão da característica do processo industrial dos fabricantes.

Através do presente projeto de lei se pretende em primeiro lugar reduzir de 12% para 7%, nas operações internas, não só o valor do débito do imposto mas, igualmente, o valor do crédito a ser aproveitado pelo contribuinte, fato que nenhum impacto provoca na receita tributária do Estado. Em segundo lugar se pretende igualar a carga tributária entre esses produtos quando fabricados pelos frigoríficos ou pelas indústrias de embutidos. Para isto instituiu-se o crédito presumido de que trata o artigo 2º, o qual não é aplicável aos frigoríficos que já são beneficiados pelo crédito presumido da Lei nº 14.747/05, em idêntico percentual.

Essas são as razões pela qual submeto a apreciação desta Casa o presente projeto de lei que vem ao encontro do interesse da indústria e da economia do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 431/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada Rodovia Guilherme Kantor a estrada estadual PR-151, que liga o município de São Mateus do Sul com a divisa do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear um cidadão que muito fez pela prosperidade do nosso Estado, o pioneiro Guilherme Kantor.

Como demonstra o histórico, apresentado em anexo, o destemido austríaco Guilherme Kantor foi o precursor do transporte coletivo do interior do Estado, mercê do seu espírito empreendedor, visão atilada do futuro e sobretudo, sua firme determinação de ser útil à comunidade paranaense.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 432/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a União Espírita “Os Caminheiros do Bem”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A União Espírita “Os Caminheiros do Bem”, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade o atendimento à gestante de baixo poder aquisitivo, com trabalhos manuais, confecção de roupinhas de bebê, edredon e manta de lã.

As gestantes recebem instruções sobre puericultura, orientações sobre amamentação e a importância do leite materno, cuidados com a higiene da gestante e do bebê.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna na tarde de hoje porque quando iniciamos aqui na Assembléia Legislativa uma das primeiras ações tomadas por esta Casa, foi justamente criar algumas CPI's e entre elas a CPI da Copel, que teve o Deputado Marcos Isfer como Presidente e o Deputado Ratinho Júnior como relator e fui um dos sub-relatores, entregou as suas conclusões em dezembro de 2003 ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público. E para a nossa não surpresa, mas para estranhamente, até hoje decorridos quase três anos, ou quase quatro anos, esses são ainda relatórios que estão aguardando uma definição. Não sei exatamente porque, mas o relatório trouxe documentos inclusive conclusivos com relação ao que foi identificado como tendo sido problemas dentro da Copel, até hoje não teve nenhum desfecho.

E nessa semana que passou, mais precisamente no sábado, dia 19, o ex-Deputado Algaci Tulio deu uma entrevista, uma vez que ele foi acusado de ter feito empréstimos irregulares no Banestado e por isso teve a sua prisão decretada, disse assim: “o Lerner deve explicações”. Até aí nada de mais, até porque fala do Banestado. O que chama a atenção é que o ex-Deputado Algaci Tulio diz textualmente com relação à venda da Copel, que ele foi procurado para que recebesse dinheiro para vendê-la. Parece uma afirmação grave. Ele disse que se tivesse recebido estaria bem, como não recebeu está hoje em situação miserável, inclusive sendo processado e tem uma sentença que o condena.

Parece que é necessário, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Ministério Público, neste momento procure saber do ex-Deputado Algaci Tulio, se essa afirmação sua ao jornal é verdadeira: quem o procurou? Quando procurou? De que forma o procurou? E qual foi a resposta dada pelo ex-Deputado Algaci Tulio? Que eu entendo é a primeira vez que alguém diz textualmente: “poderia ter quitado a dívida se tivesse votado a favor da venda da Copel e ainda sobraria um pouco para mim. Não roubei, não achei e não fui preso”.

Então, parece-me que essa afirmação feita pelo Deputado Algaci Tulio, que quitaria todas as suas dívidas, já naquela ocasião, se tivesse votado pela venda da Copel, não pode ser considerada como afirmação menor. Mesmo assim acredito que talvez o Deputado Algaci Tulio tenha dito isso por conta da situação que está vivendo. Mas não podemos deixar de entender que essas afirmações são graves.

E espero, Sr. Presidente, o Ministério Público está até hoje, passados mais de três anos, com todas as conclusões da CPI, ainda aguardando para citar algumas pessoas que estão lá relacionadas. E dou um exemplo bastante objetivo: uma das pessoas indiciadas naquela ocasião ou indicadas como tendo recebido dinheiro, o Sr. Antonio Brasil Fioravante, disse aqui ao Juiz Federal que não havia recebido nenhum centavo. Pois bem, fomos ao

Rio de Janeiro e quando ouvimos a pessoa que fazia a distribuição e que era proprietário da empresa que fazia a distribuição dos recursos auferidos da Copel, Sr. Rogério Figueiredo Vieira, trouxemos e entregamos, tanto ao Ministério Público como ao Tribunal de Justiça, um recibo assinado pelo Sr. Antonio Fioravante e esse recibo está no processo que se encontra no Ministério Público e no Tribunal de Justiça.

A pergunta é: por que de posse desse recibo, dizendo que recebeu dois milhões e cem mil reais, esse senhor até hoje não foi sequer chamado para depor no Ministério Público?

Estamos nesta semana, nos próximos dias, procurando o Ministério Público, portanto o Dr. Riquelme, Procurador Geral do Ministério Público, como o Procurador que está com o processo, para que saibamos, porque afinal de contas foram cerca de cem milhões de reais e até hoje não temos nenhuma resposta do que aconteceu com aquelas pessoas.

Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Carlos Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Instrução Normativa nº 19, de 24 de julho de 2006, estabeleceu o seguinte:

Art. 1º Estabelece os requisitos para adesão dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas e Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários na forma dos anexos I, II, III e IV.

O Anexo I - Estabelece os requisitos para reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

O Anexo II - Requisitos para reconhecimento da equivalência dos serviços de Inspeção dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para adesão do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.

O Anexo III - Requisitos para adesão dos serviços de Inspeção e Fiscalização dos Insumos dos Estados, do Distrito Federal ao Sistema Brasileiro de Inspeção e Fiscalização de Insumos Agrícolas.

O Anexo IV - Requisitos para reconhecimento da equivalência dos serviços de Inspeção e Fiscalização dos

Insumos Agropecuários nas Unidades da Federação para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, povo do Paraná.

Essa Instrução Normativa que unificou através do primeiro se originou o Decreto nº 5741, de 30/03/06, que culminou nessa Instrução Normativa nº 19. Na prática, isso se os Estados aderirem a esse Sistema Brasileiro que unificou a Vigilância Sanitária, se os municípios aderirem esse Sistema Brasileiro e Vigilância Sanitária quem tiver transformação de produtos de origem animal ou vegetal, ou trabalhar com algum insumo agrícola lá no interior de qualquer cidade do Paraná, poderá fornecer para o país todo. Ou seja, o Serviço de Inspeção Municipal passará a ser SIF - Serviço de Inspeção Federal.

Uma grande burocracia está sendo resolvida. É claro que todos os municípios do Paraná que tiverem interesse em fomentar a transformação de produtos de origem animal e vegetal, agregando valores, transformando os subprodutos de matérias-primas em produtos acabados, com capacidade de exportação.

Na prática, esta legislação culminará numa forma eficiente de fazer com que se gere renda e negócios no campo, porque num momento de crise como este, na medida em que os prefeitos, os governadores aderirem a esse sistema, não tenho dúvida de que muitos empregos serão gerados. Esta medida é realmente estruturante, que vai gerar muitos empregos pelo país afora, no interior principalmente.

Portanto, para aquelas associações de produtores, para aqueles agricultores que acreditam em transformar seus produtos de origem animal lá na sua propriedade e que atenderem aos requisitos destas normas, certamente poderão não só como é hoje, vender nos seus municípios, na sua região, no país todo os seus produtos. Isso dá garantia de comércio. Isto, de fato, é uma legislação que merece ser aplaudida.

Espero que os futuros governadores eleitos, que os prefeitos, que estão na metade dos seus mandatos, façam a adesão a este Sistema Brasileiro de Vigilância Sanitária, porque isto, ao nosso ver, é uma grande revolução porque de fato vai proporcionar que pequenas agroindústrias do interior possam vender e exportar para o país e naturalmente que se possa vender para o país. Terá padrão internacional, abrindo as portas para que seus produtos, bem fabricados nas suas propriedades, nas suas agroindústrias, possam ser vendidos para o mundo.

Eu, que já tive o privilégio de visitar a Espanha e a Itália, conheci o fomento do desenvolvimento dos pequenos naqueles países, lá

funciona muito agroindústria, na média com 4, 8, 10 no máximo 15 funcionários. E produtos acabado pagando exportação para o mundo todo.

Eu acredito que uma medida como esta vai criar condições para que nosso homem do campo, para as associações de produtores transformar e industrializar

seus produtos, para poder comercializar no país todo e para o mundo todo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia com a palavra.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Boa tarde a todos, à imprensa, representantes da APP que aqui estão, gostaria de dizer que esta caminhada para a reeleição, tentativa de reeleição na Assembléia Legislativa, tenho percebido de que se por um lado há um desconforto, uma desesperança muito grande na população em relação às eleições e aos políticos de um modo geral - mas felizmente, há exceções - por outro lado tenho tentado conversar com as pessoas que acham muito importante este período eleitoral, dizendo que ninguém nestas eleições poderá alegar ignorância. Porque as fotografias, os nomes e os locais onde estão os maiores "quadrilheiros" políticos brasileiros, todos nós sabemos. Não é segredo para ninguém.

A manutenção destes maus políticos ocupando espaços de poder em todo o país ou não, vai depender única e exclusivamente da nossa atitude no dia 1º de outubro. Acho isto bastante importante, porque se por um lado a população está descrente dos políticos e há razão para isso, evidentemente não vamos generalizar, mas muitos nos envergonham. Inclusive a nós, que estamos aqui, é preciso dizer que é através do voto que esses maus políticos se sustentam. Então, tenho percebido por outro lado uma determinação muito grande e uma adesão muito grande no voto das mulheres nessas eleições, as mulheres querem votar, as mulheres querem discutir, tenho sido convidada para inúmeras reuniões e discussões, a maioria delas por mulheres, entendo finalmente que por serem a maioria dos eleitores aumenta a nossa responsabilidade neste momento. Evidentemente que não basta ser melhor, temos que votar em pessoas, homens ou mulheres, que tenham propostas de garantia de direito e inclusão para homens e mulheres. Muito especialmente tenho trabalhado para que as mulheres ampliem a sua participação no Parlamento, quem sabe aqui na Assembléia Legislativa mais de quatro mulheres na próxima legislatura.

Queria dizer que estive em Guarapuava a convite das policiais femininas que faz dez anos de policiamento feminino em Guarapuava, a minha colega Arlete Caramês também estava lá, outras Deputadas Federais, e nós fizemos um encontro extraordinário. E naquele momento, conversando com as policiais femininas que nesta Casa já aprovamos vários projetos de leis para melhorar as condições das policiais na corporação, nós informamos a elas que apresentaremos aqui na Assembléia Legislativa um projeto para proporcionar a isonomia entre policiais mili-

tares e policiais civis, porque policiais civis hoje se aposentam aos vinte e cinco anos em função do estresse da sua atividade, e os policiais militares ainda aos trinta anos. Então eu espero poder contar com o apoio dos Deputados e Deputadas desta Casa para que possamos proporcionar o princípio da isonomia entre os policiais civis e militares. E também dizer que no último concurso, graças à nossa interferência junto ao Governador do Estado, ampliando o quadro dos policiais em 218 mulheres apenas no último concurso. Então, nós tínhamos aproximadamente 600 mulheres policiais femininas no Estado do Paraná em 152 anos de corporação, e por essa interferência nós conseguimos só no primeiro concurso aumentar para quase 300 mulheres. Então, hoje nós temos vinte mil homens na Polícia Militar e temos setecentos e poucas mulheres. Isso é importante porque mostra que é preciso, sim, estar na política pessoas preocupadas com os interesses do povo do Paraná, sejam homens ou mulheres.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passaremos ao Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB. Bloco PTB/PL/PRB. PPS.

(**Declinam**)

PDT. Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Tivemos uma audiência da Comissão Especial de Investigação que analisa terras invadidas no Oeste do Paraná, e pela manhã passaram pelas Comissões desta Casa figuras importantes do direito paranaense e brasileiro, além dos proprietários de algumas fazendas invadidas naquela região.

Fazemos questão de trazer na tarde de hoje a nossa preocupação em relação ao que vem acontecendo no Oeste do nosso Estado.

A Fazenda Experimental Syngenta é modelo na área de pesquisa e desenvolvimento, com mais de 20 anos. Analisando o que é de mais moderno na área do agronegócio e mundial. E o Paraná é um Estado estratégico, possui um Know-how na área da pesquisa, como o Iapar e a própria Embrapa, além de outros organismos, a Universidade do Norte do Paraná e tantas outras estações experimentais.

Essa unidade experimental foi invadida pela Via Campesina tempos atrás. E a Fazenda Syngenta que é de propriedade dessa multinacional e tem sede na Suíça e escritório central em São Paulo, além de unidades no

Ceará, Minas Gerais e também aqui no Paraná é extremamente importante para a pesquisa para todo o Brasil.

Nós tivemos a oportunidade de visitar esta fazenda e tentamos adentrar até o local para fazer o relatório e encaminhar para as autoridades depois de aprovada nesta Casa, e não foi possível.

Constatamos ali, e aqui quem fala não é nenhum neto, bisneto e nem filho de proprietário rural, falo com isenção, mas não podemos passar despercebidos diante desse fato.

Faço questão de trazer a este plenário o que disse o Dr. Antonio Monteiro, que é advogado no renomado escritório Pinheiro-Neto e faz consórcio aqui no Paraná com o escritório do Dr. René Dotti, que nos deu a honra de passar por essa Comissão.

Friso aqui as palavras do Dr. Antonio Monteiro, que se faz necessário abrir os olhos da população diante desse fato que vem acontecendo. Diz ele: “esta foi uma invasão selvagem, uma fazenda que foi barbaramente invadida pela Via Campesina no momento delicado, uma verdadeira demonstração para o COP-MOP, que era o evento realizado na capital paranaense com líderes mundiais.”

A exemplo da Aracruz, que foi outra estação experimental invadida. A pretexto de combater as pesquisas transgênicas invadiram também a Fazenda Syngenta.

Não entramos na questão ideológica, mas naquilo que é prático, e principalmente pensando nas futuras gerações, vejam, retiraram o material genético que corre o risco de ser perdido. Experiências de 10, 20 anos inclusive. Veja, o tamanho da irresponsabilidade de se invadir uma fazenda experimental como essa.

Não podemos colocar aqui questões ideológicas acima dos resultados práticos. Não podemos nos esquecer que a balança comercial brasileira é sustentada pelo agronegócio, que virou palavrão nos últimos tempos.

Falar em agronegócio é falar de doença, falar em algo negativo. Como se isso realmente fosse. Pelo contrário, a tecnologia não é mais importante do que o agronegócio ou a agricultura familiar, a atividade em si, que agrega valores e, principalmente, serão recursos, empregos e oportunidades para milhares e milhares de pessoas no nosso país, principalmente no Norte do Estado que é o celeiro de grãos do Brasil. O Paraná responde com cerca de 25% da produção de grãos de todo nosso país.

O que temos que deixar registrado nesta Sessão é que, por exemplo, a Syngenta, que tem cinquenta funcionários e gera outros cem empregos indiretos, possui uma importância muito grande e o Paraná vai perder outros investimentos, que estavam já programados para serem feitos nesta mesma estação instrumental, em função de uma questão ideológica.

É importante deixarmos registrado, na tarde de hoje, que o próprio Procurador Geral do Estado havia prometido que em poucos dias a recuperação de posse seria feita, o que não aconteceu. Infelizmente, todos estão pagando com esse descaso por parte do Governo do

Estado aliás, não é só essa reintegração de posse, são várias outras áreas também. São propriedades particulares e é claro que prezamos pelo direito à propriedade, porém, essa questão transcende até qualquer vínculo de lucro ou de emprego. Ela é especialmente importante na questão de geração de tecnologia para o combate de futuras pragas, para o desenvolvimento da agricultura, da agropecuária de uma forma geral.

Não vou nem entrar na questão de Estado Democrático de Direito, que foi também um argumento levantado pelo professor Doutor René Ariel Dotti, que é um dos maiores juristas que nosso país possui.

O atraso que o Paraná, hoje, está verificando é justamente numa confusão que está sendo feita em relação a algo que merece ser preservado, inclusive todo material que ali é pesquisado tem o amparo da CPMBio - a Comissão Nacional de Segurança e Biotecnologia - e do próprio Ibama, já que se trata de uma área federal.

Nós não vemos nenhum tipo de atitude por parte do Governo do Estado para reverter essa situação e o Paraná, mais uma vez, é notícia negativa. Nós perdemos investimentos, tecnologia e só o tempo vai mostrar que esse modelo está errado porque mistura questões ideológicas com questões técnicas e tecnológicas.

Faço questão de trazer essa minha preocupação, na tarde de hoje, Sr. Presidente, Antonio Martins Anibelli, porque não podemos passar despercebidos diante desse problema que eu reputo extremamente grave e que merece ser conduzido através da Comissão Especial de Investigação que esta Casa designou para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Concedo a V. Exa. mais cinco minutos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente, não será necessário, quero apenas um minuto para concluir esse nosso raciocínio.

Faço questão de deixar registradas, no Plenário desta Casa, as afirmações do brilhante advogado do escritório Pinheiro-Neto Advogados, Dr. Antônio Monteiro, e também a nossa situação até de letargia em relação a tudo isso. Temos que ficar um pouco atônitos porque esta Comissão não tem a função de polícia, não podemos convocar nenhum tipo de autoridade, mas é uma comissão especial que está investigando este caso. Já estivemos no Oeste do Paraná e vamos ouvir na próxima semana os outros lados desta questão, inclusive os próprios invasores serão convidados a prestar os seus depoimentos. O próprio Secretário da Segurança Pública deve falar a respeito dessa questão. E queremos montar o relatório extremamente isento, mas elaborado de forma técnica a fim de que possamos sem dúvida nenhuma prestar a nossa contribuição, em relação a um problema que está adiante de nossos olhos. Até alguns órgãos de imprensa não têm se valido realmente da importância que ele merece, mas nós

fazemos questão de trazer a nossa preocupação na tarde de hoje para que a Assembléia Legislativa do Paraná, através deste Deputado, deixe registrado para a posteridade a nossa preocupação. Porque temos certeza que em pouco tempo tudo isso que está sendo registrado na tarde de hoje, o prejuízo que o Paraná terá principalmente com o pagamento de indenizações aos legítimos proprietários de terras, mas principalmente a esta empresa que independentemente de ser suíça, alemã ou brasileira, não importa. Ela gera empregos aqui, faz um serviço extremamente importante para o Paraná, para o País e para o mundo inclusive, na área tecnológica e que realmente não merece esse tipo de tratamento.

Falo isso com total isenção, mas fazemos questão de colocar a nossa opinião na tarde de hoje, Sr. Presidente Antonio Martins Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Respeitando a ordem de inscrição e já tendo sido chamado, mas em virtude de não haver mais oradores inscritos, concedo a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini, no horário das Lideranças.

Liderança do Bloco PP/PSB: Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas:

Nesta tarde, gostaria de em primeiro lugar prestar uma homenagem a uma pessoa que conviveu conosco durante muitos anos em Curitiba e aqui na Assembléia Legislativa do Paraná e que nos deixou na semana passada. Ricardo Sabóia Khury, que aos 58 anos de idade cumpriu a sua missão nesta vida, e se foi.

O Ricardo Khury no Banco do Estado, na Carteira de Crédito Imobiliário, cuidava dos interesses dos mutuários do antigo sistema de habitação. E lá naquela carteira, muitas vezes acompanhando algumas pessoas que tinham certa dificuldade, pudemos constatar o grau de humanidade e de respeito que ele tinha para com algumas pessoas e principalmente os inadimplentes.

Ricardo Khury era um homem altamente sensível e que não poupou os seus esforços para poder estender a mão e ajudar as pessoas que sempre estavam ao seu redor.

Queremos deixar aqui registrado o nosso profundo pesar pelo seu passamento e transmitir a toda a família os nossos sentimentos por essa lamentável perda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estou vendo aqui uma propaganda do amigo Belinati 11789, estou fazendo até um pequeno comercial para ele. Mas, vejo do outro lado que a dobrada dele é com o Roberto Requião, nº 15.

Ou o Governador está muito mal lá em Londrina, ele agora fez uma opção aqui pela candidatura do Belinati que não tem nada a ver com a coligação do PMDB. É mais uma das apelações do nosso Governador, que para

ganhar a eleição, ele se atraca em qualquer navio que estiver passando. Na eleição passada, ele falou que faria um acordo até com o diabo para ganhar a eleição. Ganhou a eleição - não sei foi com um acordo com o diabo ou com quem foi, mas ganhou -, não cumpriu os compromissos de campanha: acabar com o pedágio ou de baixar o seu preço; resolver o problema do Porto de Paranaguá, Deputado Neivo Beraldin.

O Deputado Beraldin, que fez luta titânica para viabilizar a vontade do Governador, em se aliar até com um antigo desafeto. Mas vamos vivendo, aprendendo ou desaprendendo, porque só falta “ver boi voar”, agora. E nós caímos naquela do antigo governador, que dizia que era do MDB “velho de guerra”, só que ele se filiou ao MDB em 79, quando o MDB já tinha passado pelas fornhas das aflições, com as cassações de mandatos e prisões. Aí, apareceu um novo filiado, Roberto Requião de Mello e Silva, que entrou no partido e está, agora, novamente, buscando a reeleição que ele tanto combatia, nos tempos do seu primeiro mandato, como Deputado Estadual, aqui, na Assembléia, em 83.

Está aí a prova, que no Poder as pessoas mudam, Deputado Rossoni. Estamos vendo no “apagar das luzes”, na propaganda do PPS, vão-se apagando aquelas luzes do Palácio Iguaçu e estão se apagando, realmente, as luzes do Governador Roberto Requião e da sua família. Porque já, vai haver a transição, a nova posse, o novo Governador do Paraná vai tomar posse e o Governador Roberto Requião será ex-governador do Paraná, para a alegria de todo o interior do Estado e de todas as pessoas, que querem alguém com muita tranquilidade administrando o Paraná. Teremos o Porto de Paranaguá mais saudável, mais eficiente, uma segurança funcionando - não igual a esse 190, pois, hoje, ligamos para lá e no final você tem a certeza de uma coisa: que é melhor chamar o ladrão para ter segurança, do que chamar a polícia, porque a coisa é de arrepiar, não atendem e quando atendem ainda dizem “O senhor está nervoso. Está ficando bravo, por quê? Só demoramos meia hora para atender ao telefone. - Mas amigo, o flagrante já escapou e o ladrão já foi embora. Isso é problema de vocês.” É desse jeito que falam no 190.

Estou vendo ali uma manifestação do candidato Marquinhos, do Partido PRTB, que está pela criação do Estado do Iguaçu. Eu tinha dito outro dia, Marquinhos, que você precisa voltar lá para a sua terra, que é Palotina e para isso vamos lhe dar uma enxada encabada, para você ir para a produção agrícola - uma proposta dessa, aqui, dentro de Curitiba, você volta para trabalhar na enxada, porque não é o seu ofício ser candidato a Deputado Federal propondo a criação do Estado do Iguaçu.

Sr. Presidente, encerrando os dois minutos que me restam, eu gostaria de falar sobre uma questão do uso da máquina administrativa, em Apucarana. Eu fotografei e está comigo no gabinete, os ônibus de transporte escolar, encostados atrás da rodoviária em Apucarana, para levar professores para fazer a claqué do Requião, em Londrina

- isso, no sábado passado. Cinco ônibus que transportam alunos, para a Prefeitura de Apucarana estavam lá e as professoras chegando e tendo que entrar no ônibus. São professores da rede estadual e da rede municipal que são chamadas a irem bater palmas para o Governador sob ameaça de serem demitidas dos seus contratos de prestação de serviço como professoras, tanto para o Município quanto para o Estado.

Então, tem o chefe do núcleo de educação de nome Robertinho, que é o núcleo de educação estadual, ele telefona e diz: Olha amanhã eu preciso de vocês voluntariamente nos ônibus que vão para Londrina, nos ônibus que vão para Faxinal, nos ônibus que vão para Maringá e voluntariamente vocês devem estar lá às 8h00 da manhã para irem recepcionar o Governador. E as professoras então têm que sair e ir para os ônibus e se deslocarem para irem fazer a galera de recepção do Governador Roberto Requião.

Em Apucarana está um verdadeiro absurdo, mais de 400 funcionários da Prefeitura receberam férias gratificadas, para voluntariamente também trabalhar na rua a favor da candidatura do Roberto Requião e a favor do candidato André Pegorer, que é filho do Padre. Olha aí, filho do Padre, que é Prefeito de Apucarana envolvido nas sanguessugas. Então, o filho do Padre é candidato a Deputado Estadual. É um assunto de alto interesse desta Assembléia. E quero dizer o seguinte: o filho do Padre com mais de 400 voluntários lá nas ruas trabalhando, os agentes de saúde levando dentro da sacola a propaganda eleitoral. E eu não sei, eu tenho medo de andar com propaganda no bolso, aqui, dentro da Assembléia, porque outro dia vieram aqui procuradores da justiça para dar batidas na Assembléia, para ver se tinha propaganda dos candidatos nos gabinetes. Eu então deixo no carro, não quero que tragam para o gabinete.

No entanto, lá em Apucarana a sede da Prefeitura virou comitê eleitoral. Deputado Iensen, ex-Secretário Especial do Governo e Dr. Caíto Quintana, o núcleo regional de educação em Apucarana é comitê eleitoral do André Pegorer e do candidato a reeleição Roberto Requião 15. É uma verdadeira afronta isso. No entanto vêm os procuradores, aqui, dar batida dentro da Assembléia ver se tem propaganda eleitoral. Lá em Apucarana é público e notório isso e não vejo procurador nenhum tomar nenhuma providência. Nós vamos ter que gritar e falar, porque alguma coisa precisa ser feita. Ou será que vão querer moralizar apenas acabando com pequenos brindes e com boné. Pelo contrário, o que estou vendo aí é um verdadeiro festival com dinheiro público, mais de 400 funcionários trabalhando voluntariamente com férias remuneradas ainda pago à vista, trabalhando para o candidato e certamente vão ganhar um 14º salário se o candidato se eleger.

Sra. Deputada de Londrina, tome uma providência lá na sua jurisdição, olha aqui, propaganda, falseada do candidato Governador Roberto Requião com o Belinati. Minha gente, onde estamos? Está proibido essa coliga-

ção, se está proibido não pode ter propaganda, não tem nem CNPJ. O que é isso? Ou será que estamos vendo um novo Ferreirinha pela frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas:

O Deputado Barbosa Neto já fez menção sobre a reunião que aconteceu na manhã de hoje na sala das Comissões, da Comissão Especial criada pela Assembléia Legislativa para investigar as Fazendas ou áreas invadidas no Oeste do Paraná.

Estavam presentes, além da nossa pessoa, Presidir dessa Comissão, o Deputado José Maria Ferreira - Vice-Presidente da Comissão; Deputado Barbosa Neto - Relator da Comissão; Deputado Reni Pereira; Deputado Mil-tinho Pupio que também estavam presentes na reunião da manhã de hoje e nós ouvimos alguns proprietários de fazendas, entre eles a Fazenda Boito, localizada no município de Matelândia, estavam presentes os proprietários Sr. Milton e a Dona Lourdes quando relatam para esta Comissão na situação em que se encontra essa fazenda invadida. Ela está invadida e já com ordem de reintegração de posse expedida em 2004. E até hoje não cumprida pelo Governo do Estado. Da mesma forma nós ouvimos também o proprietário e arrendatário e seu assessor jurídico da Fazenda Kelli, localizado no município de Cascavel, da mesma forma a fazenda está invadida há um ano com reintegração de posse e até hoje não cumprida por parte do Governo.

Ouvimos também os Diretores e assessoria jurídica da Fazenda Syngenta localizada no município de Santa Tereza do Oeste próximo a Cascavel.

Todas essas fazendas foram objeto de visita por parte dos Parlamentares que integram essa Comissão Especial de Investigação das áreas ocupadas à questão de dois meses.

Nós ouvimos os seus proprietários e vamos ouvir na segunda-feira, vão se expedir os convites para ouvir também as entidades ou seja como intitulada pelo movimento os segmentos da sociedade que estão ocupando ou invadiram essas propriedades, seja MST ou seja a mesma Via Campesina. Mas o que nos chamou muita atenção além das duas fazendas tanto a Fazenda Kelli, como da Fazenda Boito, da forma como os seus proprietários transmitiram para os Deputados daqui da Assembléia Legislativa o sentimento dos mesmos em relação ao não cumprimento de reintegração de posse.

A Fazenda Syngenta não é uma fazenda de produção agrícola, é de Pesquisa. Essa fazenda tem 120 hectares, apenas 80 hectares são usados para pesquisa. 40

alqueires acima do exigido pela Legislação de preservação do Meio Ambiente. 40 hectares são usados para preservação do Meio Ambiente. E nós fomos informados na manhã de hoje que a Via Campesina que invadiu essa fazenda que está destruindo o meio ambiente, desmatando, não respeitando as nascentes das águas e deprimindo aquilo que existe de mais puro na questão da pesquisa e do avanço tecnológico que se faz necessário na questão da agricultura e da agropecuária.

Ora! Um número que nos chamou muito a atenção é o seguinte: o Incra e o Ministério da Reforma Agrária usam em torno de 10 a 15 alqueires para cada assentamento. Cento e vinte hectares, que é a área da Fazenda Syngenta, isto dá algo em torno de 40 e poucos alqueires, daria para assentar algo em torno de 5 a 6 famílias nesta área, se fosse uma área para reforma agrária. Mas, ela não se destina à produção. Ela se destina à pesquisa. E nessa fazenda, Deputados, 50 empregados estavam trabalhando. Cinquenta famílias estavam trabalhando nesses 120 hectares. Estes 50 empregados, atualmente, não estão trabalhando.

Ora! Se o MST, se Via Campesina ou seja o MLST, seja qualquer outro movimento que usam exatamente seus militantes para invadir uma propriedade, forçando o Governo fazer reforma agrária, como se justifica isso? Cinquenta famílias de trabalhadores rurais estão trabalhando em 120 hectares de terra. Se fosse usar os 120 hectares, para fazer reforma agrária, quantas famílias você iria assentar? Vamos supor que fosse uma família cada 10 hectares - não 10 alqueires - dez hectares, você iria assentar 12 famílias. Estão trabalhando nesta área 50 famílias.

Então, lógico, dá para ver que não é um Movimento e a invasão não teve um objetivo como um fim para a reforma agrária. Muito mais como falaram seus dirigentes na manhã de hoje e seus advogados, que é muito mais um movimento político que se criou no Oeste do Paraná, invadindo aquela fazenda de pesquisa.

Disse muito bem o Deputado Barbosa Neto que essa fazenda, como as outras, seus proprietários, seus diretores, estavam acompanhados por seus advogados. Estavam presentes hoje pela manhã um advogado de renome, Professor Doutor René Dotti, professor Doutor na questão de Direito Constitucional; presente também o Dr. Antônio Monteiro, que é advogado ambiental de São Paulo, que é um advogado do grupo de advogados do escritório Monteiro-Neto.

Então, vejamos senhores, o peso, a representação que estava presente hoje pela manhã. E não é possível que o Governo do Estado não entenda, exatamente, a necessidade do governo desocupar - não só a Fazenda Syngenta - mas, desocupar todas as áreas invadidas no Estado do Paraná. Porque o não cumprimento das decisões judiciais está fazendo com que os investidores fujam do Paraná, vão para outros estados e fujam até do próprio Brasil, se o governo não tomar uma decisão mais dura em relação a direito de propriedade.

Todos nós queremos, sim, a reforma agrária. Mas, uma reforma agrária respeitando o direito à propriedade. Não compactuo, não concordo, sou radicalmente contra a invasão de uma área particular, aonde seu legítimo proprietário consegue provar isso aí. Eu sei que o Deputado, Presidente do PT, André Vargas, também não vai concordar com isso, porque se o Governo não tomar algumas medidas em relação a essas invasões, o problema é muito grave, se não bastasse a crise que atravessa a agricultura diante da supervalorização do real, a desvalorização do dólar, a defasagem cambial em termos gerais, o modelo econômico implantado no nosso País prejudica, sem sombra de dúvida, o setor produtivo do nosso País. Eu entendo, e espero que o Governador do Estado do Paraná determine imediatamente a reintegração de posse dessas áreas invadidas, em particular, como se fez também um entendimento quando foi desocupada uma outra fazenda, a Monsanto, aqui próximo à cidade de Ponta Grossa e muito bem relatada aqui na Assembleia Legislativa pelo Deputado Plauto Miró Guimarães.

Se nós fecharmos os olhos, se nós fecharmos as portas para a pesquisa no nosso Estado, ou mesmo o nosso Brasil, nós estamos indo na contra-mão. Deputado Anibelli, eu sei que o trabalho que V. Exa. faz, e o senhor como líder do PMDB, Partido do Governador do Estado do Paraná, o senhor poderá levar essa solicitação não só da Casa, mas a solicitação da sociedade do Paraná, do setor produtivo do nosso Estado, que nós não podemos admitir de forma alguma que continuemos ainda em silêncio, sem tomar alguma medida mais urgente, mais drástica. Nós não queremos o confronto, mas o Governo do Estado sim, tem que usar a força policial para que o Estado democrático que nós vivemos em nosso País não seja afetado.

Tivemos diversas invasões, algumas já foram desocupadas, no passado e no presente, mas têm algumas que merecem, Deputado Scarpellini, uma atenção muito especial. Ora, nós assistimos àquela invasão na fazenda no Rio Grande do Sul, e eu me pergunto: Que País é este que nós vivemos? Quando o líder do MST vai à televisão após aquela invasão, o quebra-quebra que foi feito naquela fazenda, destruíram vinte anos de pesquisa, e todos nós lembramos muito bem o que disse a senhora: "A minha vida estava aqui dentro, mais de vinte anos de trabalho que foram jogados fora". E vem o líder do MST, o Stédile na televisão e mostra para o Brasil inteiro a seguinte frase: "Quero parabenizar aquelas senhoras que tiveram a coragem de invadir aquela fazenda e fazer o quebra-quebra". E nada acontece para essa pessoa.

O que aconteceria com qualquer cidadão do Brasil que não pertencesse ao MST, ao MLST, Via Campesina, que invadisse qualquer propriedade, seja rural, seja urbana, ou seja um comércio, e fizesse um quebra-quebra? O que aconteceria com essa pessoa? Com toda certeza ela estaria hoje presa, e com esse líder nada acontece. Da forma como fizeram o quebra-quebra no Rio Grande do Sul, da forma como eles invadiram a

fazenda de pesquisa no Oeste do Paraná, nós estamos com toda certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fechando as portas para a pesquisa do nosso Estado. Quem não se lembra nos campos aqui de Guarapuava aí do nosso Deputado Artagão, olha, há vinte anos atrás ninguém queria terra de graça naqueles campos, mas foi a pesquisa, Deputado Scarpellini, foi o avanço que se obteve através dos nossos agrônomos, dos nossos técnicos recuperaram essas terras, e hoje se produz mais milho aqui nos campos de Guarapuava do que no Oeste, ou mesmo no Norte Pioneiro do nosso Estado.

E a mesma coisa acontece com a pesquisa de soja, com o milho. Enfim, em todas as culturas há necessidade sim, de continuarmos investindo na pesquisa, como faz a Embrapa, o Tecpar, o Iapar, para que possamos avançar cada vez mais. Porque o Estado do Paraná é um Estado que produz muito, é rico, mas não podemos fechar as portas jamais.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta às Lideranças do PSDB, PMDB, da Oposição, do Governo.

(**Declinam**)

Passaremos à Ordem do Dia

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a Mesa, Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 347/06, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, devidamente apoiada, constante do expediente. **Transformado em projeto à parte.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem, no que se refere a não nomeação do Sr. Orlando Pessuti, para assumir o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, pedindo informações a respeito. **À Procuradoria Geral da análise e parecer.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1977, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/06, que autoriza o Poder Executivo a utilizar os Recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FED, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná/SA.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 165/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FED, de que trata a Lei Estadual nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná/SA, reduzindo, conseqüentemente, seu patrimônio.

Parágrafo único. A utilização dos recursos de que trata este artigo fica condicionada à manutenção das reservas financeiras destinadas à cobertura de compromissos já designados em orçamento, ou de obrigações de natureza judicial que venham a onerar o Fundo.

Art. 2º Dos recursos financeiros mencionados no artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado, imediatamente, a abrir créditos adicionais, no valor especificado, para atender as seguintes despesas:

I - R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais), na Secretaria de Estado da Educação, destinados à construção, melhorias e adaptações de escolas públicas e à aquisição de equipamentos;

II - R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) na Secretaria de Estado da Saúde para construção, melhoria e adaptações de prédios e aquisições de equipamentos;

III - R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais), na Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinados ao pagamento de despesas decorrentes da aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação.

Art. 3º As aplicações dos respectivos recursos de que trata essa lei, deverão ser devidamente detalhados em relatório específico e encaminhado para ciência do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Antonio Anibelli)
(Procede à chamada nominal)

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, há quórum...

O SR. 1º SECRETÁRIO (Antonio Anibelli)

Sr. Presidente, não precisa nem fazer a segunda chamada porque mais de quarenta Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o Item 01. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 256/06, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Nelson Garcia, suprimindo todo o artigo 18 da Lei nº 15.060, de 02 de maio de 2006. (Detran). **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/06, de 16/05/06).**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 256/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica suprimido o artigo 18 da Lei nº 15.060, de 02 de maio de 2006, bem como o parágrafo único do referido artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 15.08.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 147/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, dispondo sobre o critério de distribuição de imóveis sociais, no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDMCA. COM EMENDA DA CDMCA

Em votação a Emenda da Comissão, Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/06, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao município de Maringá, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM REGIME DE URGÊNCIA.

Vamos votar, inicialmente, Emenda da CCJ. Em votação a Emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 314/06, alterando as delimitações das Circunscrições imobiliárias da Comarca de Guarapuava. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 306/06, que fixa as delimitações imobiliárias do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Em votação o Substitutivo da Comissão de Finanças. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 305/06, que altera as delimitações das circunscrições imobiliárias da Comarca de Ponta Grossa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 090

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Ato do Presidente.....	24
Mesa Executiva	24
Presenças	24
Abertura da Sessão	25
Expediente:	
Requerimentos	25

Ordem do Dia:

Discussão / Votação:

2ª Discussão	25
1ª Discussão	25
Discussão Única (Indicação)	29
Requerimentos	29

Encerramento da Sessão29

Publicações:

Atas de Comissões	
Especial de Licitação	29
Redação	32

Ato do Presidente:

ATO DO PRESIDENTE Nº 005/06

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno

D E C L A R A :

constituída a Comissão Especial de Investigação, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado pelo Plenário, no dia 14 de agosto de 2006, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, composta por 07 (sete) membros, com prazo de duração de 90 (noventa) dias, para proceder avaliações sobre os impactos gerados na região do município de Foz do Iguaçu, pelas medidas restritivas e organizacionais do Governo Federal, de controle de passagem pela Ponte da Amizade Brasil-Paraguai.

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

DIÁRIO Nº 090

13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Ratinho Júnior.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira,

Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (38).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Rafael Greca e Waldir Leite (15).

Em viagem representativa o Sr. Deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.08.06.

(a) TADEU VENERI

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros, que revoga o parágrafo da Lei nº 10.981 de 27 de dezembro de 1994. (Dirigente Sindical, afastamento do cargo, reeleição). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/06, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (**Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20.06.06, em Mensagens).**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 349/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 047/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, tem como proposta autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, conforme especifica.

Na justificativa o autor diz que a medida contida no plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da sociedade, eis que, tal imóvel já é utilizado por Unidade de Saúde do Campina do Siqueira e, também, à população dos bairros vizinhos. No anteprojeto de lei em causa consta dispositivo expresso no sentido de que o imóvel em causa reverterá ao patrimônio do Estado/Fundepar, caso tenha utilização diversa da prevista.

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão

obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 349/06

Art. 1º Modifica a redação do artigo 3º do Projeto de Lei nº 349/06, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 349/06

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Curitiba, imóvel pertencente ao Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, que proporcionará benefícios indiscutíveis à comunidade paranaense, tendo em vista que o imóvel já é utilizado por Unidade de Saúde do Campina do Siqueira.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 349/06, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.444/90, que criou o município de Jardim Paulista. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 407/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem como objetivo revogar a Lei nº 9.444, de 20 de novembro de 1990, que criou o município de Jardim Paulista.

Fundamentação

A Lei nº 9.444/1990, foi instituída com a finalidade de criar o município de Jardim Paulista. Porém alguns requisitos não foram observados para tal criação, como mostra o artigo 19 da Constituição Estadual:

Art. 19. Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme publicado no acórdão nº 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, conforme o exposto, o presente projeto de lei encontra respaldo constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa e encontrou amparo constitucional. Portanto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.240/90, que criou o município de Bragantina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 408/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem como objetivo revogar a Lei nº 9.240, de 09 de maio de 1990, que criou o município de Bragantina.

Fundamentação

A Lei nº 9.240/1990, foi instituída com a finalidade de criar o município de Bragantina. Porém alguns requisitos não foram observados para tal criação, como mostra o artigo 19 da Constituição Estadual:

Art. 19. Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme publicado no acórdão nº 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, conforme o exposto, o presente projeto de lei encontra respaldo constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa e encontrou amparo constitucional. Portanto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.305/90, que criou o município de Vila Nova. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 409/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem como objetivo revogar, Revoga a Lei nº 9.305, de 21 de junho de 1990, que criou o município de Vila Nova.

Fundamentação

A Lei nº 9.305/1990, foi instituída com a finalidade de criar o município de Vila Nova. Porém alguns requisitos não foram observados para tal criação, como mostra o artigo 19 da Constituição Estadual:

Art. 19. Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme publicado no acórdão nº 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, conforme o exposto, o presente projeto de lei encontra respaldo constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa e encontrou amparo constitucional. Portanto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 9.302/90, que criou o município de Guaraituba e nº 9.442/90 - alterou suas divisas. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 410/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem como objetivo revogar, Revoga a Lei nº 9.302, de 18 de junho de 1990, que criou o município de Guaraituba e nº 9.442 de 16 de novembro de 1990, alterou suas divisas

Fundamentação

A Lei nº 9.302/1990, foi instituída com a finalidade de criar o município de Guaraituba. Porém alguns requisitos não foram observados para tal criação, como mostra o artigo 19 da Constituição Estadual:

Art. 19. Lei complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme publicado no acórdão nº 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, conforme o exposto, o presente projeto de lei encontra respaldo constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa e encontrou amparo constitucional. Portanto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 410/06

Na forma que autoriza o Regimento desta Casa, em especial o artigo 137, parágrafo 3º, cumulado com o artigo 65 da Constituição do Estado, vem o presente Parlamentar apresentar a emenda abaixo, acrescentando o artigo 2º ao Projeto de Lei nº 410/06.

Fica incluído o artigo 2º do Projeto de Lei 410/06, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 15.054 de 24 de abril de 2006.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 412/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga as Leis nº 9.318/90 - que criou o município de São José do Ivaí e nº 9.530/91 - alterou sua redação. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA 085/06, de 14.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 412/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão tem como objetivo revogar a Lei nº 9.318, de 11 de junho

de 1990, que criou o município de São José do Ivaí, e nº 9.530 e 09 de janeiro de 1991, que alterou sua redação.

Fundamentação

A Lei nº 9.318/90 foi instituída com a finalidade de criar o município de São José do Ivaí. Porém alguns requisitos não foram observados para tal criação, como mostra o artigo 19 da Constituição Estadual:

Art. 19. Lei Complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme publicado no acórdão nº 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, conforme o exposto, o presente projeto de lei encontra respaldo constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa e encontrou amparo constitucional. Portanto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga as Leis nº 9.288/90 - que criou o município de Encanto do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 413/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão tem como objetivo revogar a Lei nº 9.288, de 05 de junho de 1990, que criou o município de Encantado do Oeste.

Fundamentação

A Lei nº 9.318/90 foi instituída com a finalidade de criar o município de Encantado do Oeste. Porém alguns requisitos não foram observados para tal criação, como mostra o artigo 19 da Constituição Estadual:

Art. 19. Lei Complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme publicado no acórdão nº 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, conforme o exposto, o presente projeto de lei encontra respaldo constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa e encontrou amparo constitucional. Portanto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga as Leis nº 9.320/90 - que criou o município de Doutor Antonio Paranhos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 414/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão tem como objetivo revogar a Lei nº 9.320, de 24 de abril de 1990, que criou o município de Doutor Antonio Paranhos.

Fundamentação

A Lei nº 9.320/90 foi instituída com a finalidade de criar o município de Doutor Antonio Paranhos. Porém alguns requisitos não foram observados para tal criação, como mostra o artigo 19 da Constituição Estadual:

Art. 19. Lei Complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.

§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:

I - efetivação por lei estadual;

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme publicado no acórdão nº 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do Tribunal Regional Eleitoral.

Portanto, conforme o exposto, o presente projeto de lei encontra respaldo constitucional.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto à técnica legislativa e encontrou amparo constitucional. Portanto, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Discussão Única (Indicação)

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 021/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, dispõe a prorrogação de Licença-Maternidade por 180 dias (seis meses) às servidoras públicas do Estado do Paraná e concede incentivo fiscal às empresas privadas que adotarem o mesmo procedimento. **Aprovado. (Publ. no DA 085/06, de 14.08.06).**

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1979, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Especial de Licitação

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURAS DOS
ENVELOPES Nº 03 - PREÇOS
ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 477/2005
PROTOCOLO 2173/04

Às nove horas e quinze minutos do dia quinze de agosto de dois mil e seis, no Gabinete da Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa, reuniram-se os membros desta Comissão Especial de Licitação, sob a Presidência de Dr. Ayrton Costa Loyola, presentes o secretário Dr. Eron

Abboud e o membro Dr. Marcos Antônio Alberti para procederem à abertura do Envelope nº 03 - Preço, nesta sessão pública, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, do dia 14 de agosto de 2006, à pág. 09. Também presentes os representantes das concorrentes GW Paraná Comunicações Ltda., Realiza Vídeo, Televisão Naipi Ltda., O.S. Produções Cinematográficas Ltda. e Televisão Icaraí Ltda. Os envelopes foram conferidos, abertos e vistados à vista de todos os presentes que não apresentaram nenhuma impugnação. Pelo Presidente foi informado que, nos mesmos moldes que vem ocorrendo, as concorrentes seriam informadas da decisão desta Comissão. Abertos os envelopes, às vistas dos presentes, o contido em cada um deles é o que: O envelope da Realiza Vídeo Produções S/S Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais). O envelope da concorrente GW Paraná Comunicação Ltda. continha a proposta de preço no valor de R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais). O envelope da TV Icaraí continha proposta de preço no valor de R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais). O envelope da Primer Produção e Locação continha proposta de preço no valor de R\$ 348.900,00 (trezentos e quarenta e oito mil e novecentos reais). O envelope da Televisão Rotioner Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). No envelope da TV Naipi Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais). Por fim, no invólucro da O.S. Produções Cinematográficas Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais). Nenhum impugnação foi apresentada. O Presidente, em nome da Comissão, agradeceu a presença de todos, salientando a importância da participação de cada um no processo. Lembrou que o resultado final será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná e serão informadas as concorrentes por correio eletrônico e Fax. Nada mais, o Presidente declarou encerrada a presente sessão que foi devidamente assinada por todos os presentes.

(aa) DR. AYRTON COSTA LOYOLA - Presidente
 DR. ERON ABOUD - Secretário
 DR. MARCOS ANTONIO ALBERTI - Membro
 VINÍCIUS BULIGON - Membro

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 477/2005
PROTOCOLO 2173/04

O Presidente da Comissão Especial de Licitação, da Concorrência nº 01/2005 - ALEP, torna público que as concorrentes apresentaram as seguintes propostas de preço, conforme na abertura dos envelope nº 03 - proposta de preço, em sessão pública realizada em 15 de agosto de 2006, no gabinete da Procuradoria-Geral, que seguem apresentados pela ordem crescente de valores conforme segue: O envelope da TV Icaraí continha proposta de preço no valor de R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais). O envelope da TV Naipi Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais). O envelope da concorrente GW Paraná Comunicação Ltda. continha a proposta de preço no valor de R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais). O envelope da Televisão Rotioner Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). O envelope da O.S. Produções Cinematográficas Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais). O envelope da Realiza Vídeo Produções S/S Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais). O envelope da Primer Produção e Locação continha proposta de preço no valor de R\$ 348.900,00 (trezentos e quarenta e oito mil e novecentos reais). A Comissão apurou que as concorrentes obtiveram os seguintes índices de preços, de acordo com o subitem 9.9 Edital: Primer Produção e Locação Ltda. ME: 0,88. GW Paraná Comunicação Ltda.: 0,94, O.S. Produções Cinematográficas Ltda.: 0,91 TV Icaraí Ltda.: 1,00 TV Naipi Ltda.: 0,96. Televisão Rotioner Ltda.: 0,93 Realiza Vídeo Produções S/S Ltda.: 0,89. Seguindo o disposto no Edital, em seus subitens 9.8, 9.9 e 9.10, de posse do índice técnicos obtidos no julgamento das propostas técnicas, a Comissão apurou o seguinte resultado:

TÓPICOS	PRIMER	GW	O.S. PRODUÇÕES	TV ICARAÍ	TV NAIPI	ROTIONE R	REALIZA
IT (pontos da proposta analisada/ maior pontuação)	0,67	1,00	0,81	0,76	0,81	0,80	0,89
Proposta de Preço-Envelope 03	348.900,00	328.000,00	337.000,00	309.000,00	318.900,00	330.000,00	344.000,00
IP (menor preço/proposta analisada)	0,88	0,94	0,91	1,00	0,96	0,93	0,89
IT x Peso 7,0	4,69	7,00	5,67	5,32	5,67	5,60	6,23
IP x Peso 3,0	2,64	2,82	2,73	3,00	2,88	2,79	2,67
Total (IT x Peso 7,0) + (IP x Peso 3,0)	7,33	9,82	8,40	8,32	8,55	8,39	8,90

A ordem decrescente de pontuação, pela nota final de técnica e preço, é a seguinte: GW Paraná Comunicação Ltda. com NFTP igual à 9,82 pontos; Realiza Vídeo Produções Ltda. com NFTP igual à 8,90 pontos; TV Naipi Ltda. com NFTP igual a 8,55 pontos; O.S. Produções Cinematográficas Ltda. com NFTP igual a 8,40 pontos; Rádio e Televisão Rotioner Ltda. com NFTP igual à 8,39 pontos; TV Icarai Ltda. com NFTP igual a 8,32 pontos; Primer Produção e Locação Ltda. com NFTP igual a 7,33 pontos. O Presidente, aplicando o subitem 9,10 do Edital, declarou vencedora da Concorrência nº 01/2005 - ALEP a empresa GW Paraná Comunicação Ltda. As concorrentes poderão interpor recurso no prazo legal.

(aa) DR. AYRTON COSTA LOYOLA
Presidente da C.E.L.

**ATA DA REUNIÃO PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO ENVELOPES 03
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 477/2005
PROTOCOLO 2173/04**

A Comissão Especial de Licitação reuniu-se no dia 16 de agosto de 2006, sob a Presidência de Dr. Ayrton Costa Loyola, e secretariada pelo Dr. Eron Abboud, presentes os demais membros, Dr. Vinícius Buligon, Dr. Antônio Alberti, Vanderlei Norberto Rebelo e Gabriel Luiz Franceschi, para verificação da documentação contida no Envelope nº 03 - Proposta de Preço. Em sessão pública realizada para este fim específico em 15 de agosto de 2006, no gabinete da Procuradoria-Geral, conforme publicação de convocação feita no Diário Oficial do Estado do Paraná, referidos envelopes contendo as propostas de preço foram abertos, na presença dos representantes da maioria das concorrentes que rubricaram as propostas juntamente com os membros da Comissão presentes àquela reunião e, ao final, lhe foram entregues cópias da Ata devidamente assinada pelos presentes, contendo o valor das propostas de cada concorrente. O Presidente submeteu as propostas de preços apresentadas para apreciação e deliberação dos membros da Comissão quanto ao cumprimento do disposto no subitem 8.3 do Edital. Após analisadas as propostas em confrontação à forma prevista no Edital, os membros da Comissão declararam que todas estão formalmente adequadas e, em virtude dessa adequação, os preços ali apresentados podem

ser aceitos pela Comissão. O Presidente determinou a relação de preços, que foi feita pela ordem crescente de valores conforme segue: O envelope da TV Icarai continha proposta de preço no valor de R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais). O envelope da TV Naipi Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 318.900,00 (trezentos e dezoito mil e novecentos reais). O envelope da concorrente GW Paraná Comunicação Ltda. continha a proposta de preço no valor de R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais). O envelope da Televisão Rotioner Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). O envelope da O.S. Produções Cinematográficas Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais). O envelope da Realiza Vídeo Produções S/S Ltda. continha proposta de preço no valor de R\$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais). O envelope da Primer Produção e Locação continha proposta de preço no valor de R\$ 348.900,00 (trezentos e quarenta e oito mil e novecentos reais). Conforme dispõe o subitem 9.8 do Edital para o cálculo do Índice de Preço, que será obtido pela divisão do Menor Preço Proposto (MPP) pelo preço da Proposta em Exame (PPE), utilizando-se duas casas decimais e desprezando-se a fração remanescente, a Comissão apurou que as concorrentes obtiveram os seguintes índices de preços: Primer Produção e Locação Ltda. ME: 0,88. GW Paraná Comunicação Ltda.: 0,94. O.S. Produções Cinematográficas Ltda.: 0,91. TV Icarai Ltda.: 1,00. TV Naipi Ltda.: 0,96. Televisão Rotioner Ltda.: 0,93. Realiza Vídeo Produções S/S Ltda.: 0,89. De posse dos Índices Técnicos obtidos pelo julgamento das propostas técnicas das concorrentes, o Presidente determinou a aplicação do disposto no subitem 9.9 do Edital. Os Índices Técnicos das Concorrentes são os seguintes: Primer Produção e Locação Ltda. ME: 0,67. GW Paraná Comunicação Ltda.: 1,00. O. S. Produções Cinematográficas Ltda.: 0,81. TV Icarai Ltda.: 0,76. TV Naipi Ltda.: 0,81. Televisão Rotioner Ltda.: 0,80. Realiza Vídeo Produções S/S Ltda.: 0,89. Lembrou o Presidente que, tanto para o Índice Técnico como para o Índice de Preço, foram consideradas somente duas casas decimais, desprezando-se as demais, conforme dispõe o subitem 9.7 do Edital Prosseguindo na aplicação do disposto no subitem 9.8 do Edital para cálculo final da pontuação, efetuou-se a obtenção da Nota Final de Técnica e preço, que é demonstrada a seguir:

TÓPICOS	PRIMER	GW	SOFT	TV ICARAÍ	TV NAIPI	ROTIONER	REALIZA
IT (pontos da proposta analisada/ maior pontuação)	0,6791367	1,0000000	0,8143885	0,7697842	0,8172662	0,8000000	0,88920863
IT corrigido de acordo com o item 9.7 do Edital	0,67	1,00	0,81	0,76	0,81	0,80	0,89
Proposta de Preço-Envelope 03	348.900,00	328.000,00	337.000,00	309.000,00	318.900,00	330.000,00	344.000,00

TÓPICOS	PRIMER	GW	SOFT	TV ICARAÍ	TV NAIPI	ROTIONE R	REALIZA
IP (menor preço/proposta analisada)	0,8856406	0,9420732	0,9169139	1,0000000	0,9689558	0,9363636	0,8982558
IP corrigido de acordo com o subitem 9.8 di Edital	0,88	0,94	0,91	1,00	0,96	0,93	0,89
IT x Peso 7,0	4,69	7,00	5,67	5,32	5,67	5,60	6,23
IP x Peso 3,0	2,64	2,82	2,73	3	2,88	2,79	2,67
Total (IT x Peso 7,0) + (IP x Peso 3,0)	7,33	9,82	8,40	8,32	8,55	8,39	8,90

Todas as concorrentes também se adequaram ao disposto no subitem 9.11 do Edital, de forma que, a classificação final das propostas, em ordem decrescente é a seguinte: GW Paraná Comunicação Ltda. com NFTP igual à 9,82 pontos; Realiza Vídeo Produções Ltda. com NFTP igual à 8,90 pontos; TV Naipi Ltda. com NFTP igual a 8,55 pontos; O.S. Produções Cinematográficas Ltda. com NFTP igual a 8,40 pontos; Rádio e Televisão Rotioner Ltda. com NFTP igual à 8,39 pontos; TV Icarai Ltda. com NFTP igual a 8,32 pontos; Primer Produção e Locação Ltda. com NFTP igual a 7,33 pontos. O Presidente, aplicando o subitem 9,10 do Edital, declarou vencedora da Concorrência nº 01/2005 - ALEP a empresa GW Paraná Comunicação Ltda.. Antes do encerramento da reunião, o Presidente se congratulou com todos os membros participantes, agradecendo a cada um, pessoalmente, pela dedicação ao trabalho, bem como a eficiência, a firme convicção nas decisões responsáveis que demonstraram em todo o processo, tornando-o hígido e correto. Ressaltou também que essa atitude da Comissão como um todo fez com que empresas de notório reconhecimento participassem da concorrência, revelando a importância para a Administração da realização do objeto. Por fim, fez constar agradecimento especial a cada uma das concorrentes, quer seja na fiscalização dos trabalhos desta Comissão, quer seja no comparecimento respeitoso em todas as fases da licitação. Determinou ao Secretário, Dr. Eron Abboud, que promovesse a devida publicação de um resumo desta Ata, contendo a pontuação obtida por cada uma das concorrentes e a declaração da licitante vencedora, além da ressalva de que todas poderão interpor recurso desta decisão no prazo legal. Determinou também, o Presidente, que fosse dada ciência a todas as concorrentes por meio de envio de correio e Fax, nos moldes que se tem feito em comum acordo com as empresas participantes. Nada mais havendo, declarou encerrada a reunião e, após a leitura desta,

foi devidamente assinada por todos os membros presentes.

(aa) DR. AYRTON COSTA LOYOLA - Presidente
 DR. ERON ABOUD - Secretário
 GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Membro
 VANDERLEI NORBERTO REBELO - Membro
 DR. VINÍCIUS BULIGON - Membro
 DR. MARCOS ANTONIO ALBERTI - Membro

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
 ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 722/05, 139/06 e 230/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
 Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
 ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexan-

dre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Luiz Fernando da Silva Litro apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 259/06, 263/06 e 285/06 e a Deputada Cida Borghetti relatou os de números 494/04 e 144/05, que estavam anexados. Todos os projetos da pauta foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 171/06, 282/06, 304/06 e 308/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 747/05, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e

aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 186/06, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 130/06 e 249/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado

Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 746/05, 017/06, 319/06, 351/06, 362/06, 371/06 e 374/06, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a

tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, que será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

